XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia – 4 a 8 /09/05 – Campo Grande
Simpósio Arqueologia Amazônica - Amapá: Patrimônio, Gestão Estadual e Pesquisas.

Amapá: Gestão do Patrimônio Arqueológico e O Programa Estadual de Preservação

M.Lucia F. Pardi[1]
Odete Silveira[2]

Em 2001, o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO-AP enviou mais de 85 informações sobre a existência de vestígios arqueológicos, resultado obtido através do levantamento de informações primárias no Setor Estuarino do estado, que compreende a região entre a margem direita do rio Araguari e o rio Vila Nova. A 2ª Superintendência Regional do IPHAN[3], através da Gerência de Arqueologia, propiciou a realização de expedições que promovessem a checagem das informações oferecidas e tomassem as demais providencias necessárias para fomentar e consolidar a preservação do patrimônio arqueológico no Estado.

O Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva também foi integrante desta parceria tendo disponibilizado funcionário para se compor com a equipe e a reserva técnica para guarda das amostras comprobatórias coletadas e o material recolhido de terceiros. Neste mesmo período, o então Departamento Estadual de Turismo – DETUR , pretendia desenvolver turismo cultural em sítios arqueológicos, discutia, juntamente com o PROECOTUR / MMA[4], ações que permitissem a gestão do patrimônio histórico e arqueológico com vistas ao desenvolvimento das comunidades próximas aos pólos turísticos.

Com estas parcerias, elaboramos nossas estratégias e definimos objetivos, entre eles o de sensibiliza-las a fomentar ações de médio prazo. Parte da sistemática adotada nesta abordagem, foi a de sempre compor os interesses, criar equipes mistas, socializar os resultados em contatos pessoais ainda em campo a enviar os relatórios a todos envolvidos. Ela tem funcionado como forma de ampliar a percepção e instrumentalizar o pessoal local,

[1] Arqueóloga da GEARQ/DEPAM/IPHAN – Gerencia de Arqueologia do Departamento de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Gerencia de Arqueologia em Brasília.
[2] Geóloga, Dra. do Centro de Pesquisas Arqueológicas e Centro de Pesquisas Aquáticas do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. CEPArq e CPAq / IEPA).
[3] **N**o bojo de uma ação institucional prevista no Plano de Ação. 2001.
[4] Programa de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente incrementado na gestão Ivana M.Nunes Moreira.

entre outros. As diretrizes de gestão foram balizadas pelos condicionantes de ordem legal, ética, científica e administrativa do setor. Desta forma cabe conhecer os parâmetros básicos estabelecidos pela Constituição , pela Lei 3924/61 e a Portaria SPHAN 07/88.

Elas colocam, em síntese: que os sítios arqueológicos e o que neles contem, não estão regidos pelo direito ordinário de propriedade. Como já é conhecido, o subsolo é da União, e neste caso, o solo também o é, tendo-se designado o Iphan como tutor legal destes bens. Os sítios arqueológicos, são Bens da União, e é proibida sua destruição sem prévia pesquisa, de sítios cadastrados ou não. O Iphan licencia o uso dos sítios para pesquisas ou outros fins, mantem bancos de dados com a documentação destes bens, etc. A identificação, proteção e difusão são ações de responsabilidade compartilhada com o estado, municípios e cidadãos de forma geral. Desta forma, o comércio de peças e a mutilação de sítios arqueológicos, são crimes contra o patrimônio. Todos temos o dever de comunicar a descoberta fortuita destes bens e evitar sua destruição.

Efetuando um levantamento sobre as informações arqueológicas disponíveis, observamos que existiam 47 sítios conhecidos na época. Quantia muito baixa e os sítios concentrados nas regiões de atuação das pesquisas já desenvolvidas, conforme listagem do CNSA / Iphan – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Atuamos através da observação de indicadores e de levantamentos oportunísticos, pois nos é importante a visão êmica destes bens, ou seja , registrar o que já é conhecido e introjetado pela comunidade, ou seja, para atuar sobre o que está sendo usado e impactado. Desta forma, entendemos por bem trabalhar amostralmente, visando otimizar nossos recursos e a melhor relação custo-benefício possível para o cidadão e o Estado. Associamos as diferentes regiões, diferentes tipos de ambiente e ocupação, para conhecer, não todos os sítios, mas todos os tipos de sítio (NEVES 84)[5]. Desta forma portanto, buscamos entender a diversidade de registros e avaliar o potencial cultural e as possibilidades de uso, para observar semelhanças e recorrências, perceber ou inferir sobre a existência de padrões de assentamento que nos permita, futuramente, trabalhar com modelos preditivos e outros parâmetros.

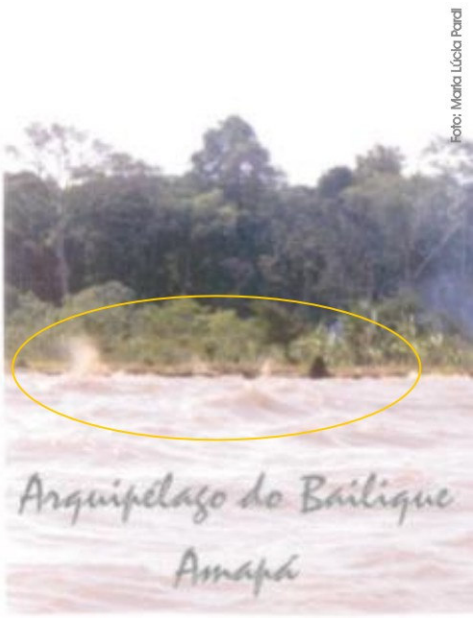
Procuramos desenvolver uma política de acervo, que inclui o uso da informação trazida pela peça, para cadastrar o sítio e se possível, recontextualizá-la, recuperando seu potencial científico. Posteriormente, avaliamos as condições atuais de guarda, o efeito educativo que esta guarda e as remoções de material podem desempenhar junto à

[5] Walter Alves Neves. "A evolução das estratégias de levantamento arqueológico na bacia do Alto Guareí, SP" in Revista de Pré-História, USP, vol VI, 1984.

comunidade e definirmos pelo registro sistematizado do cidadão que está em posse de material arqueológico. Este cidadão, se consciente e parceiro, pode ser entendido como guardião provisório, caso contrário, no qual o material não disponha de segurança, procedemos ao encaminhamento da(s) peça(s), para incremento da coleção do Museu Histórico ou estimulamos a criação de Casas de Memória ou outros centros regionais de guarda. O registro destas peças é feito através da ficha do INCA - *Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas* e o cidadão é esclarecido sobre a impossibilidade de venda do material, assim como de sua manutenção em boas condições, até que o Iphan determine o uso social deste bem.

Efetuamos vistoria ao Museu Histórico do Amapá - Joaquim Caetano da Silva que atualmente está desativado, conhecemos o acervo arqueológico e efetuamos um levantamento expedito com referência à proveniência das coleções e peças. O acervo é proveniente de expedições isoladas ou participações de trabalho com equipes de arqueólogos de outras instituições. Ele ainda não possui catalogação das peças e outros cuidados característicos da curadoria de museus. Recomendamos que o acervo fosse higienizado numerado, catalogado, analisado, armazenado e exposto, da mesma forma que se resgatasse a memória das atividades de pesquisa desenvolvidas, para recontextualizar o máximo de peças e coleções do acervo.

ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE: Área aonde a variação de maré durante o dia, chega a ser de 4,50 m, o que influi na possibilidade de acesso e visualização dos sítios. Desta forma só se pode ter acesso a 1 ou 2 locais por dia, o que imprime ritmo muito lento às prospecções. Alguns dos sítios observados resumem-se a uma camada de terra preta enterrada, de consistência pastosa, à qual só se tem acesso através do desmonte que a erosão do rio provoca nos barrancos. Abruptamente desmanchada, a camada vai liberando os fragmentos cerâmicos, que se depositam na praia ou são carreados pelo rio.



A dinâmica erosiva do rio Amazonas, sujeito a fortes correntes fluviais, é tão intensa, que por

meio de informação oral, estimamos que assentamentos de 150 a 200 anos atrás, já estão sob um pacote de 1,50 a 2,50 m de profundidade. Devido às dificuldades de acesso e circulação de mercadoria, o uso da cerâmica se deu até períodos mais tardios que em outras regiões. Observa-se o aparecimento e desaparecimento de sítios em poucos anos, de forma que a questão se configura como de salvamento emergencial. Entretanto, devido às características supra citadas, torna-se praticamente inviável retirar estes pacotes de cima da camada arqueológica, tanto quanto escavar o sedimento úmido e agregado, provavelmente, de assentamentos históricos. A área, cuja primeira abordagem arqueológica foi esta, necessita de ser objeto de um projeto de pesquisa intensiva, para produzir conhecimento sobre estes assentamentos, suas condições de conservação e a relação que mantinham com os povos da Guiana Francesa e com as embarcações com os quais fazia comércio, especialmente durante a guerra.

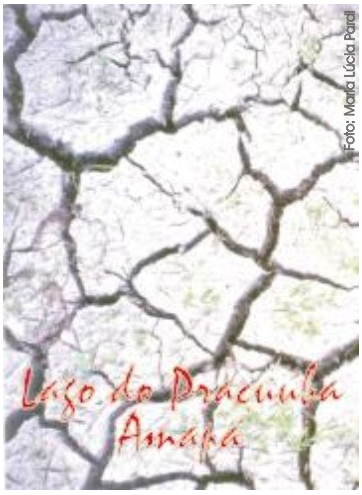


Desta forma, entendemos como necessária à adoção de estratégias peculiares a este contexto. Próximo à Escola Bosque existe uma camada de terra preta que foi observada do barco, As informações recebidas dos alunos e moradores locais, confirmaram a existência do sítio e acrescentaram, que se habituaram a coletar material na praia. Uma ação localizada ou oficina, pode orientar a formação de uma "Casa de Memória" no espaço entre a Escola e o Hotel, de forma a guardar o material e fomentar a pesquisa e uso.



A escola do Limão do Curuá já possui uma coleção didática diversificada que inclui peças arqueológicas históricas colhidas nas praias da embocadura do rio que dá acesso à comunidade. O material necessita ser identificado para melhorar sua função didática. Neste processo, foi esclarecida, que a coleta de material contextualizado, dentro da camada arqueológica é prerrogativa de pessoal especializado, devido ao potencial informativo que possui. A coleta, permitida excepcionalmente, neste local, tipo de ambiente e sítio, é apenas de material rolado, desagregado do contexto original, que de outra forma, estaria sendo perdido. A execução do projeto *Jovens Pesquisadores do Arquipélago do*

Bailique (www.iepa.ap.gov.br/pnopg) mostra o cuidado como o qual o assunto é tratado pelas comunidades participantes. Através do projeto, já foi possível resgatar artefatos da história recente do Arquipélago que a ação da maré coloca em risco de perda. Os artefatos são coletados e acondicionados junto às coleções do projeto, nas escolas.

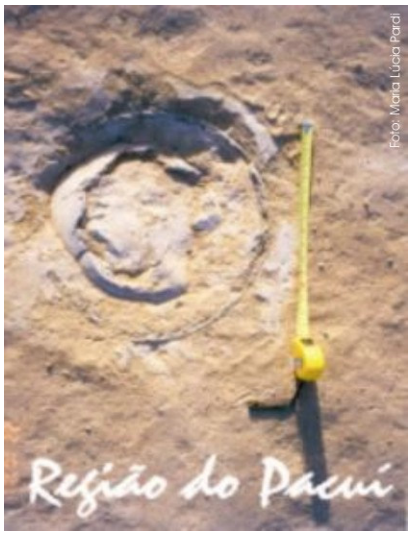


REGIÃO DO LAGO PRACUÚBA - Situado a 274 Km da capital, o lago configura-se como uma excelente opção de pesquisa e de uso pelo turismo cultural, devido à sua beleza plástica, a presença dominante da natureza e dos animais e pela resistência dos registros arqueológicos. O lago dá acesso do Rio Araguari ao Oceano Atlântico passando pelo Rio Flechal. O gado vem do firme para engordar na área. A região pode ser conhecida através da análise de fotos aéreas, onde o tipo de estruturas pode ser mapeado através da observação das áreas não alagáveis. Estes locais são usados para concentração do gado no período das cheias, e são conhecidos no meio arqueológico como tesos. Sítios deste tipo são descritos na Fase Aristé. De forma geral, queremos registrar o manejo inadequado a que este ambiente está sendo submetido, sobretudo em função da falta de áreas de circulação definida para os búfalos, fazendo com que altere a feição original, de forma muito rápida e em áreas muito extensas, afetando também os sítios arqueológicos e seu entorno. Exemplificando isto, podemos citar o fato de estar sendo encontradas peças como o zoólito da figura ao lado, informação nova na literatura arqueológica e instigante para o atual estágio de conhecimento cientifico da região.



REGIÃO DE CUTIAS: Além da região supracitada, foram visitadas as comunidades de Gurupora, Alta Floresta e Sagrado Coração, nos quais obtivemos um quadro singular com grande número de informações e nenhuma constatação de vestígios arqueológicos diretos. A abordagem foi rápida , em função dos objetivos e para testar a hipótese de que os sítios da região já teriam sido destruídos pela agricultura e intemperísmo, entre outros. A região é

fortemente ocupada pela campinarana, que representa um dos últimos graus de degradação do solo. A área é tida como de ocupação da fase Aruã, característica por ter sítios pequenos e rasos advindos de ocupações mais rápidas por pequenos grupos de caçadores coletores com agricultura incipiente.



REGIÃO DO PACUÍ: Foram percorridas as comunidades de São Joaquim do Pacuí, Garimpo São Tomé, Santa Luzia do Pacuí e São Tomé do Pacuí. Os assentamentos estão situados e relacionados com a fase Aristé, são grandes extensões com alta densidade de material cerâmico. A região é mais densamente povoada e a relação que as pessoas tem com estes bens, requer muita atenção e ação do Estado. Estas comunidades se assentam sobre imensos sítios repletos de urnas. Em São Joaquim do Pacuí, a Escola Agrícola que possuía na biblioteca uma funerária proveniente do Garimpo São Tomé e outra fragmentada, de Santa Luzia de Pacuí. Eles foram salvas há muitos anos, por uma professora de história, que sabia sobre sua importância cultural e *estava esperando um dia em que um pesquisador aparecesse e pudesse elucidar alguns aspectos sobre estas culturas*. E as guardou *para evitar que tivessem o mesmo fim que as outras.* Posteriormente encontramos o local exato de sua retirada, recontextualizando-a e registrando um imenso sitio cerâmico sobre terra preta, que se estende por mais de 240 m, dos dois lados do rio e abarcando ruas e diversas casas com seus imensos quintais e casa de farinha. Neste processo, conhecemos aspectos da relação que mantém com estes bens.

Os habitantes locais nos contaram suas estórias para explicar o aparecimento destes potes, de pedras de raio e outros que parecem "sabonetes pesados" (provavelmente lâminas de machado ou almofarizes). Contaram que aquele pote estava cheio de ouro, mas apenas o dono dele poderia olha-lo[6]. Como sua esposa o fez, evidentemente, o ouro se transformou em ossos. Por este motivo, há anos ela é execrada pela família cotidianamente, em especial, pelos filhos mais jovens, que viam neste ouro a oportunidade de melhorar seu

[6] Tudo o que esta na propriedade, é do homem, mesmo o que for ou estiver no espaço feminino.

padrão de vida, atualmente em condições precárias. A desinformação e os fatos cotidianos, fazem com que o patrimônio arqueológico sirva para agravar problemas de gênero.

SANTA LUZIA DO PACUÍ: Já havíamos sido informados em varias localidades, sobre a existência de fragmentos cerâmicos e urnas, no campo de futebol da comunidade O presidente da *Associação de Moradores e Produtores Rurais* contou sobre uma descoberta de grande número de igaçabas quando construíram a Casa da Farinha e as escavações para ligação de água nas casas. A existência destas urnas, entretanto, já eram conhecidas, desde 67. A comunidade instalou-se sobre um imenso aterro que está associado ao porto natural do rio Pacuí. O manejo habitual do solo demonstra a altíssima densidade de igaçabas, nas ruas, onde apesar dos aterros, ainda pode-se observar os vestígios; nos quintais, quando cavam fossas para enterrar lixo doméstico.

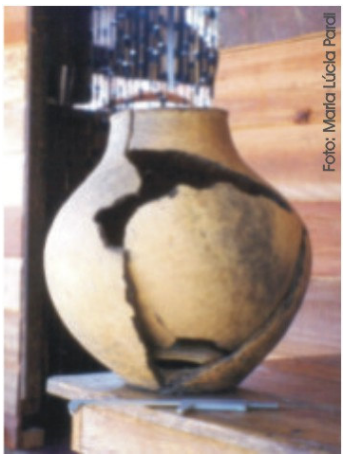
Na área central, ou Praça da Bíblia, na verdade, existe um campo de futebol onde se pode observar os círculos das urnas que vem sendo destruídas pelo bico das chuteiras, pelas chuvas, pela retiradas dos que estão nas áreas marginais pelo trator Periodicamente o trator aplaina o terreno, ligeiramente inclinado, retirando cerca de 20 cm cada vez. O fato já ocorreu 3 vezes, promovendo o "fatiamento" das urnas, como que em um processo de tomografia mecânica. Um morador teria revirado e destruído com trator um bloco rochoso com petroglifos às margens do rio.Soubemos ainda que a estrada para Macapá foi feita "na pegada deles", pois as cidades próximas também tinham vestígios abundantes, como São Tome do Pacuí (a 4 Km de distância), São Raimundo, etc.

Falaram-nos sobre a descoberta de mais de 40 urnas, e sobre como estes bens afetam a vida das pessoas da cidade. Apesar da maioria ser da religião evangélica e destes livros não admitirem a vida após a morte, os cidadãos freqüentemente sentem a presença, ouvem e vêem espíritos. Antes da descoberta dos potes, é comum verem almas pedindo ajuda (no local, encontram as igaçabas). As aparições também se dão nos locais onde existiam urnas em quantidade, como na escola. A construção da escola contígua ao campo de futebol descobriu e destruiu mais de 20 urnas. As crianças e professores relatam do freqüente aparecimento de entidades, como a conhecida noiva índia.

Dada as extraordinárias proporções da questão, quantitativa e qualitativamente, realizamos reuniões com representantes da comunidade, para esclarecer sobre nossa presença e trabalho e sobretudo, sobre as questões inerentes ao patrimônio arqueológico.

Visamos deixar claro o significado da presença desta cultura material, sua influência, os limites e possibilidades no manejo deste registro. Buscamos tranqüilizar a comunidade sobre a relação entre igaçabas e a vibração espiritual do ambiente, fomentando a promoção das ações ecumênicas consideradas necessários para harmonizar as relações entre o mundo material e o espiritual e viabilizar o trato destes bens, sob a ótica cultural. Solicitamos que buscassem desvincular suas concepções religiosas da política cultural, tão presente em seu cotidiano, inclusive evitando promover a renomeação de espaços tradicionais e especialmente os que já são identificados com as culturas autóctones de origem pré-colonial. Orientamos aos moradores para não retirar ou perturbar as igabaças que vierem a ser encontradas, evitando promover sua busca; solicitamos a suspensão do manejo de trator; a transferência do local dos jogos de futebol; buscar meios alternativos para promover obras que afetem o subsolo ou instalar equipamentos como lixeiras suspensas, cercas sobre sapatas, etc. e acompanhar obras públicas no sentido de garantir que não afetem o subsolo ou sejam precedidas das devidas pesquisas arqueológicas. Todos se dispuseram a colaborar mas disseram que gostaram de receber estas informações e de descobrir quem são seus interlocutores, pois querem a criação de um museu local. Entretanto perceberam que necessitam de apoio externo, da União e do Estado. Agradecemos sem, entretanto muitas esperanças de ter alterado a rotina local, com a intensidade que a proteção daquele patrimônio o requeria.

Neste processo soubemos que eles enviaram projetos para a mudança da denominação da cidade, de Santa Luzia para Filadélfia e do Rio Pacuí para Rio Jordão. Juntamente com a *visagem* da "noiva índia", sincretismo original, mas que no nosso entender, pode ser um dos traços que demonstram a provável existência do sentimento de uma "consciência infeliz", nos termos de CARDOSO DE OLIVEIRA (2000). A característica deste tipo de consciência é a busca de uma nova identidade coletiva mais enobrecida.



SÃO JOAQUIM DO PACUÍ - Semelhante à comunidade de Santa Luzia, mas de porte menos expressivo, São Joaquim também está assentada sobre um sitio arqueológico cerâmico. Igualmente abundantes são as informações sobre a descoberta e destruição de igaçabas, assim como as que ainda podem ser observáveis no leito carroçável. Ao primeiro contato já

percebemos a animosidade e descontentamento por termos ido a Santa Luzia. Disseram que lá em São Joaquim havia mais urnas e que os estávamos segregando por serem católicos. Extremamente surpresos, buscamos esclarecer os fatos. Soubemos ainda de sua luta pelo reconhecimento da vila, que ela de 1000 m² aproximadamente, que a terra é do INCRA e que eles não figuram sequer, no mapa. Indicaram ainda um local que teria muitas urnas, quando chegamos ao cemitério, ainda em uso, soubemos que ao efetuar um sepultamento, freqüentemente encontram igaçabas. Elas são posteriormente reenterradas junto com o caixão. O fato cria uma situação singular para a gestão do patrimônio arqueológico.

De forma geral, apesar do pouco tempo passado nas comunidades,(o que fornece uma certa margem de erro a nossas observações), sentimos que pode se tratar de um caso de "identidade deslocada", na concepção de CARDOSO DE OLIVEIRA (00)[7]. Criada como católico, a comunidade hoje evangélica, guarda marcas físicas da etnia indígena, almejando entretanto, habitar as margens do Rio Jordão e se intitular Filadélfia. Trata-se de um caso mais grave do que os outros observados, necessita-se do desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial para resgate desta memória coletiva, interpretação e introjeção de valores ligados à reafirmação da identidade coletiva da região. O problema não deve ser localizado, na medida em se observa o nome de pessoas como: Valdisnei, Maiconjaquesom e Madinusa[8]. Se não for adequado o conceito de identidade deslocada, a questão pode ser pensada como um estágio para a reinvenção de identidade.



Na região do Pacuí, temos outro indicador da ação perturbadora acarretada pela falta de esclarecimento sobre a origem e função destes bens acarreta. Recebemos um depoimento de que , habitualmente, nos finais de semana, um morador sai para procurar estes potes. Encontra muitos com o *pescocinho* para fora e imediatamente os destrói. Questionado sobre suas motivações, nos contou sobre o profundo incômodo que estas peças lhe provocam, não sabendo identificar as razões.

[7] Roberto Cardoso de Oliveira "Os (Des) Caminhos da Identidade", Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 15, n. 42, 2000.
[8] Made in USA.

Colocamo-nos a ponderar sobre a possibilidade daquelas lembranças indígenas teriam em rememorar o morador, de que eles não seriam os legítimos donos da terra, que outros já moraram lá anteriormente. Terra esta que ainda está em litígio com o INCRA. Estas questões incrementam enormemente os índices de destruição de bens arqueológicos.

Infelizmente, a ação incauta da comunidade tem se feito presente em todas outras regiões que passamos, onde pessoas sonham e levantam da cama de madrugada para entrar na floresta e procurar tesouros nos lugares em que seus sonhos revelaram a existência de alguidares e outras coisas dos antigos. Brigas constantes entre casais , expectativas e sonhos dourados de jovens afastados do mundo que a TV lhes mostra como diferentes de sua realidade, somados aos problemas de gênero como o que relatados etc. Sobre as questões mais focalizadas, podemos dizer que no Pacuí como no Limão do Curuá e em outras localidades, observamos que qualquer que seja a ótica, a preservação destes bens, coloca quotidianamente os habitantes desta comunidade frente a um universo para o qual necessitam ser mais bem aparelhados para entender e manejar. Os fatos também alimentam o imaginário da população, criando desconforto e limitação de circulação em determinados locais e horários, criando stress e outras influências de cunho psico-social. A recorrência dos acontecimentos e a alta relevância que tomam, demonstram a necessidade de ação nesta esfera, para incremento da qualidade de vida local e viabilização de ações sob ótica cultural. Sugerimos que as ações não se limitem ao desenvolvimento de uma ampla campanha de esclarecimento e o desenvolvimento de um programa de educação patrimonial, mas que sejam pensadas como "direito cultural". Este conceito implica nos direitos a constituir e a transformar diferenças, identidades e identificações e não apenas *a possibilidade de ser, informar-se, instruir-se ou expressar-se a partir de lugares sociais fixos*.(ARANTES, AA:1996:11apud PARDI, 2002:71) Embora estas questões sejam mais especificamente afetas aos antropólogos, não podemos deixar de diagnosticá-las, para que estes profissionais possam estar agregados às equipes responsáveis pelo trato destes bens e que os projetos culturais sejam vistos como tão emergenciais como os demais, requerendo políticas públicas eficazes e de qualidade. Cidadania, segundo Arantes *é um artefato político-cultural móvel e mutável (ibidem, 96:10).* Nesta área ela perpassa pela arqueologia e antropologia, de cuja atuação depende a qualidade de vida dos cidadãos e a preservação do patrimônio arqueológico. As áreas e populações periféricas são historicamente desassistidas pelas políticas públicas. Frisamos este aspecto porque sabemos que é *através*

*da memória social, da vivência de suas marcas populares e eruditas e do reconhecimento dos símbolos pragmáticos do patrimônio histórico e artístico que se adquire consciência de uma Identidade cultural, pressuposto indispensável da qualidade de cidadão. (*CAMPELLO:96)[9]



Em virtude destes levantamentos, em 2000, foram cadastrados 8 sítios, correspondendo pelo menos a 4 tipos, tendo-se recebido inúmeras informações para posterior verificação. Foram encaminhadas algumas peças para o Museu Histórico do Amapá, assim como as das coletas comprobatórias efetuadas (limpas, fotografadas e catalogadas). Outras incursões foram efetuadas, para participação de reuniões, palestras e minicursos. A convite de Eurico Th. Miller e da Eletronorte efetuando gestões para fomentar uma cooperação que otimize a relação custo benefício do desenvolvimento dos projetos da empresa no estado para as partes envolvidas. Outra expedição foi voltada aos interesses comuns com o DETUR. Este departamento, junto ao PROECOTUR estava realizando o "Inventário das Potencialidades Turísticas e Hoteleiras", na fase de estudo de viabilidade nas regiões de Bailique, Jarí, Pracuúba e em especial na região de Maracá, município de Mazagão. Em 2001 a arqueóloga Catarina E.F. Silva e a Superintendente Elizabeth Nelo Soares vistoriaram a região do Maracá, para atender solicitação de abertura para turismo do sítio Buracão do Laranjal. No ano seguinte, dando continuidade ao planejamento, fomos à região, equacionamos o projeto, já com locação definida para instalação de sinalização e equipamentos. Entretanto parece que houve problemas com o equipamento do topógrafo e o trabalho foi perdido. Na mudança de governo e reformas no departamento, o projeto não teve continuidade. Na incursão de campo, entretanto, cadastramos mais 7 sítios, entre outros. No ano seguinte, 2002, percorremos a região de Cutias, Itaubal e Macapá e registramos mais 10 sítios. Em 2005 cadastramos mais 3.

Em suma, foram verificadas dezenas de informações, registrados mais de 25 sítios novos, alguns recadastramentos, uma Ocorrência Arqueológica e algumas peças resgatadas

[9] In: Revista do Patrimônio Cultura e Cidadania., 1996.

ou recebidas em guarda. Em suma foram 22 sítios unicomponenciais, 9 pré-coloniais, um sítio de contato, 3 históricos, 9 cerâmicos a céu aberto, 9 sítios habitação, 1 com amoladores fixos, 2 aterros, 24 em superfície, 21 em profundidade, 4 com líticos polidos, 1 com lítico lascado e 2 com gravuras. As abordagens foram rápidas, no âmbito de um trabalho de pesquisa científica em gestão do patrimônio, efetuamos coletas amostrais comprobatórias, com pouco mais que uma dezena de peças, para pesquisa de identificação. Neste contexto contribuímos bastante para que os pesquisadores acadêmicos possam avançar em termos de datação ou filiação cultural destes bens, que estão inseridos no quadro de referência que a bibliografia apresenta para o Amapá, conforme veremos posteriormente. Efetuamos ainda o primeiro registro sobre paleoíndio por meio de indícios como o dos zoólitos e o das informações de datação e padrão de assentamentos obtidas do arqueólogo Eurico Miller, conforme veremos posteriormente.



De forma geral, em função das pesquisas efetuadas, dos diversos contatos e das viagens de campo, observamos que cinco aspectos saltam aos olhos: o patrimônio arqueológico nacional situado no estado Amapá é extraordinariamente rico e expressivo, do ponto de vista quantitativo e qualitativo; esta abundância de vestígios e sua beleza plástica fomentam a escavação irregular e a circulação de peças, assim como o comércio formal e informal, acarretando a destruição acelerada dos sítios; pesquisa acadêmica tem sido efetuada rara, localizada e esporadicamente; nenhum trabalho de gestão está sendo efetuado, pelos municípios ou estado, ignorando-se inclusive a responsabilidade legal que lhes é atribuída; todos os tipos de impacto estão sendo implantados livremente, sem fiscalização das obras ou qualquer exigência dos órgãos ambientais nos termos de referência. A destruição começa pelo manejo informal da terra e em grande escala, pelos projetos de grande e pequeno porte, que não são precedidos das devidas pesquisas.

Estes fatos têm ocorrido em função do simples desconhecimentos das questões atinentes a este setor e conseqüentemente, da ausência de estruturas que o implantem e

mantenham. Desconhece-se a expressividade desta herança cultural e suas formas de manejo, em prejuízo cultural e econômico para a comunidade local e a da sociedade nacional. A estrutura administrativa governamental se dispôs a definir as atribuições e dividir as responsabilidades a função de gestor destes bens, que fomente a identificação e documentação, que oriente a população, que fiscalize a destruição de forma preventiva, educativa ou punitiva, ou ainda que garanta a discussão e solicitação das devidas compensações, revertendo-as em prol do patrimônio perdido.

Desta forma reflete a falta de política estadual para o setor e em conseqüência, da ausência de conhecimento sobre a importância internacional do patrimônio sob solo brasileiro, da legislação que rege a matéria e do recurso da política cultural nacional pública e privada, que auxiliam e otimizam a gestão deste patrimônio. Identificada a questão, como muito mais grave e profunda do que o simples desconhecimento de uma herança latente, visto sua expressividade e o ritmo de destruição a que está quotidianamente sujeito, como já foi colocado, entendemos que nosso objetivo principal será o de identificar os bens para dar mais visibilidade ao patrimônio. Desta forma, suscitar e subsidiar uma adoção política de governo que assuma sua parcela de responsabilidade perante povo brasileiro na salvaguarda do Patrimônio Arqueológico Nacional.

Neste período, o numero de sítios arqueológicos conhecidos multiplicou, em função de ações diretas e indiretas, direcionadas ao conhecimento amostral qualitativo. Algumas questões observadas e as análises do SGPA – Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, auxiliaram a compreensão da distribuição espacial destes vestígios pelo território (este mapeamento constitui uma ação de Estado que esta sendo desenvolvida pela parceria IPHAN / IEPA). Servem também de diretriz para o desenvolvimento de instrumentos e a edição das políticas que vêm sendo discutidas e desenvolvidas. Os órgãos fiscalizadores Polícia Federal, SEMA- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e o Ministério Público Estadual e Federal são parceiros na missão da prevenção às ações criminosas relacionadas ao patrimônio histórico e arqueológico, estabelecendo-se como marco construtivo para a preservação e pesquisa destes bens, a serviço do cidadão. O Projeto Piloto do Modelo de Gestão Estadual para Patrimônio Arqueológico, do IPHAN está sendo desenvolvido no Amapá, onde foram efetuadas diversas tratativas junto ao governo estadual, em decorrência do que observou durante o processo de gestão e pesquisa desenvolvido, por demanda.

MODELO DE GESTÃO ESTADUAL PARA PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Visando resumir a ação[10], podemos dizer inicialmente, que Gestão do Patrimônio Arqueológico é aqui entendida como um conjunto de estudos, análises, reflexões e ações que buscam equacionar informações sobre os bens culturais, os parceiros envolvidos, as estruturas e as questões econômicas, visando otimizar: a valorização e difusão, a preservação dos sítios e blocos testemunhos, a documentação e o conhecimento produzido para o uso e o retorno destes bens à atual geração e para as gerações futuras (PARDI, 2002:5). A gestão é atividade de Estado desenvolvida pelo Iphan em função das atribuições constitucionais, que colocam o sítio arqueológico e tudo que contém, como Bens da União e demais legislações do setor (Lei 3924/61, Portaria 07/88...). Entretanto, esta mesma legislação, que coloca o Iphan como tutor legal deste patrimônio, o define como bem público de direito coletivo e coloca as demais instâncias do governo e o cidadão como partícipes do processo de preservação. Devido à baixa visibilidade destes bens e do desconhecimento da matéria, cabe-nos sensibilizar as parcerias e habilitá-las, visando a criação de um pacto federativo

O que justifica esta abordagem, além do necessário atendimento á legislação e aos acordos internacionais é a possibilidade e a necessidade de inclusão sócio-econômico-cultural de cidadãos e de regiões que detém este tipo de patrimônio em território sob sua responsabilidade administrativa. Este tipo de vestígio é potencialmente um tipo de patrimônio cultural passível de existir em todos os municípios , sendo que este mapeamento concentra as atividades em áreas litorâneas ou nos grandes centros urbanos.

As estratégias de ação passam pela elaboração de diagnóstico da situação, análise da documentação de cunho legal, administrativa e científica, rastreamento das fontes de recursos potenciais públicos e privados, observando as necessidades de todos os macro-processos da preservação (identificação, documentação, proteção e difusão[11]). Passam também pelo desenvolvimento de gestões efetuadas em cooperação com os responsáveis regionais e demais parceiros interessados, de forma que as propostas de encaminhamento tenham eficiência e a legitimidade possível, baseando-se ao máximo nos recursos locais. As estratégias passam ainda pela formalização e divulgação dos acordos e ações, pelo

[10] (PARDI2005) *Modelo De Gestão Estadual Para Patrimônio Arqueológico M.L.F.Pardi, ms Gearq /Iphan arquivos Iphan 2005.*
[11] (PARDI 2002)

acompanhamento das atividades, pela edição de programas e projetos, pela consolidação das estruturas e a edição de normas e legislação complementar.

O marco administrativo considera a necessidade de reunião de condições básicas. Entre estas: a existência da instituição como pessoa jurídica, as competências definidas, o espaço físico, pessoal especializado ou treinado segundo suas atribuições, mobiliário, equipamento, programa de trabalho e dotação orçamentária. As ações do programa se orientem em relação ao fluxo processual abaixo diagramado:



O marco científico define os conceitos utilizados no âmbito deste trabalho, como os de preservação, proteção, educação patrimonial, pesquisa científica, acadêmica, empresarial sendo a Preservação: conjunto de ações desenvolvidas em função do marco legal, para identificar, documentar, pesquisar, proteger e difundir o patrimônio arqueológico.[12]

Como referências teóricas para pesquisa científica, entendemos que a meta deve ser a de efetuar abordagens processualistas visto o perfil do estado e a necessidade de desenvolver um trabalho de cunho social, ligado às políticas públicas. Em termos de gestão,

[12] **Proteção**: as ações administrativas ou jurídicas que promovem o registro, o embargo, a multa, o tombamento, zoneamento dos bens de maneira formalizada. Também inclui as ações físicas de cercamento, interpretação e sinalização dos sítios e áreas arqueológicas.

- **Educação patrimonial**: ações continuadas ou não, de curto, médio e longo prazos, que são desenvolvidas, conforme o público alvo, visando a intimização do cidadão e dos gestores, com o universo científico e legal do patrimônio arqueológico, assim como com sua expressividade para a identidade e memória nacional, desta e das gerações futuras.
- **Pesquisa científica**: todas pesquisas que atendem os cânones científicos do setor podendo ser acadêmicas, de preservação ou empresariais.
- **Pesquisa acadêmica**: pesquisas desenvolvidas por pessoas ligadas à instituições científicas especializadas de universidades públicas ou privadas. Pesquisa em preservação.
- **Pesquisa empresarial**: pesquisas científicas subsidiadas por empresas e desenvolvidas em função da contratação destes serviços especializados para atendimento de uma determinada demanda, em geral , atreladas a cronogramas de obras e para liberação de uma parcela de território para alterações no solo e subsolo. As empresas de arqueologia, em função da legislação de licenciamento exigir um endosso institucional para que as pesquisas possam ser liberadas, estão comumente associadas às instituições privadas ou acadêmicas.

adotamos práticas de ALECIAN & FOUCHER (2001) e temos a meta de trabalhar em direção à gestão compartilhada, conforme esquema abaixo.



GESTÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO (PARDI 2002)

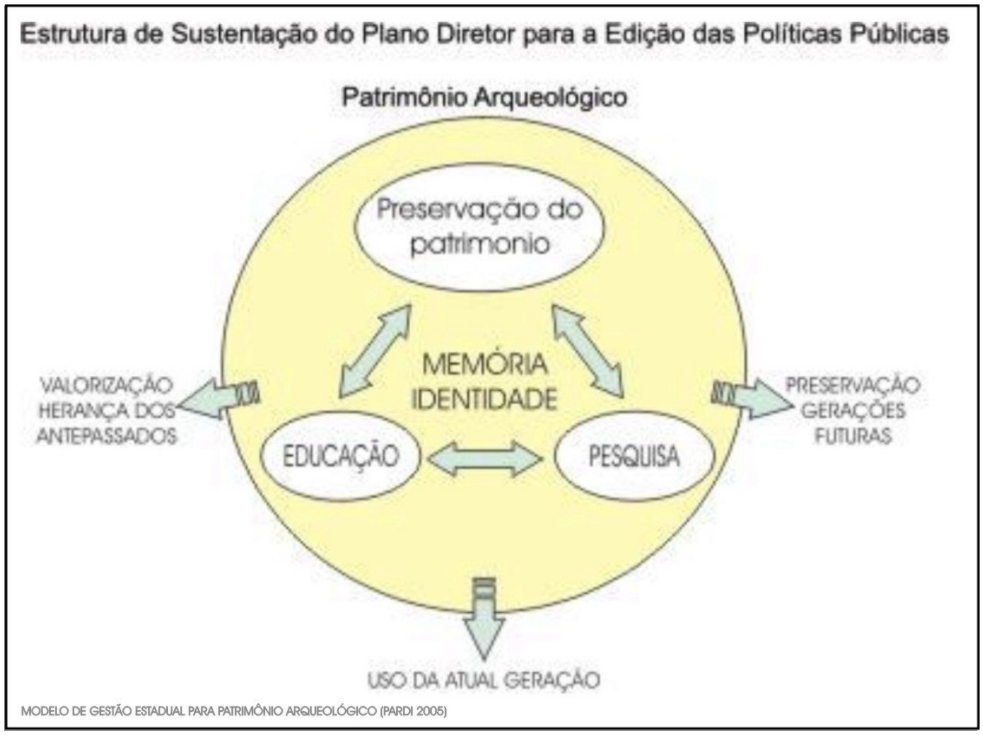
Neste processo, cria-se uma Comissão Gestora Regional ou Estadual, composta por um Conselho Gestor, Secretaria e Gerência Executiva, que reúnam técnicos do executivo e a sociedade civil organizada. Eles atuam em fórum permanente com as organizações da sociedade civil (OSCIPs) e as não governamentais (ONGs), assim como, com o setor privado. Cada um exerce suas atribuições, sendo as atividades definidas como privativas, concorrentes, alternativas ou delegadas. As competências, conforme o caso, poderiam ser normativas, administrativas ou executivas.(PARDI 2002)

As abordagens da pesquisa estão previstas para estar articuladas, produzindo com metodologias e linguagens compatíveis, visando à produção e complementação de sínteses, visões gerais e a manutenção atualizada de instrumentos como a tipologia de sítios do Estado e a de coleções de artefatos. Os problemas a serem enfocados deverão detalhar paulatinamente o conhecimento geral inicialmente formulado, considerando as áreas de interesse arqueológico e as áreas a serem impactadas por empreendimentos comerciais. Estes são potenciais financiadores das abordagens científicas, a partir da implementação do processo de acompanhamento das atividades impactantes, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

O conselho gestor atua na avaliação das propostas de preservação, como tombamentos, zoneamentos, mapeamentos etc, as diretrizes, prioridades do estado e dos diferentes municípios, entre outros.

Como diretriz orçamentária e financeira, o programa visa que a destinação das verbas de manutenção das estruturas e dos projetos básicos, envolvidas na rede de preservação, esteja contempladas na legislação e nos respectivos programas de trabalho. As demais atividades poderão ser contempladas por projetos que poderão ser propostos para as instâncias de financiamento da área cultural (PRONAC, Iphan, Governo do Estado) ou da pesquisa (CNPq, CAPES, FINEP...). Poderão ainda ser celebrados instrumentos de cooperação científica com outras instituições nacionais ou estrangeiras.

A diretriz maior de qualquer trabalho de preservação, perpassa pela frase cunhada por Aloísio Magalhães, de que "*A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio*". Sobretudo no que tange o patrimônio arqueológico, a participação ativa da comunidade é fundamental. As demais diretrizes definidas até o momento visam: Compatibilizar preservação do patrimônio arqueológico com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural econômico, em beneficio do cidadão; estabelecer políticas preventivas de preservação do patrimônio arqueológico; testar e manter o contínuo aperfeiçoamento dos modelos de preservação do patrimônio estadual, que observem as diferenças regionais, mantendo as diretrizes nacionais; buscar sempre a cooperação em lugar da competição, com base na clara definição de atribuições e divisão de trabalho e recursos; envolver ações de educação patrimonial e o cidadão nas ações de gestão, garantindo o uso de instrumentos avaliativos para a melhor retro-alimentação o processo.



O trabalho tem como metas: fortalecer ou criar instituições regionais de gestão e pesquisa de patrimônio arqueológico; instrumentalizar o executivo regional, nos estados com maior densidade quantitativa ou qualitativa, para que assumam sua parte de responsabilidade nesta parceria; atuar sempre de forma potencializada, buscando a formação de uma rede regional de cooperação com alguns municípios que possuam maior densidade quantitativa ou qualitativa, de patrimônio arqueológico; embasar as decisões em indicadores obtidos a partir de dados estatísticos e instrumentos de gestão como mapeamentos, zoneamentos, etc e operacionalizar a preservação em todas etapas do processo, identificando, documentando, promovendo e sobretudo, protegendo, através da busca e definição definir sítios ou áreas para tombamento amostral, proteção física, interpretação e sinalização.

Neste processo percebemos que havia condições favoráveis para se efetuar uma abordagem de gestão mais profunda, devido ao potencial do patrimônio, ao seu grau de conservação e em função da necessidade e receptividade das instituições locais. Em dezem -bro de 2003 foi assinado um **Termo de Cooperação** entre o Museu Joaquim Caetano a FUNDECAP[13] a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SETEC, IEPA e a UNIFAP – Universidade Federal do Amapá, com a interveniência do Iphan. O instrumento visa estabelecer condições de mútua cooperação técnica para a realização de ações que implementem a gestão, identificação, pesquisa, preservação e a promoção do patrimônio arqueológico. À FUNDECAP coube se estruturar para desenvolver um sistema de monitoramento e fiscalização em apoio às políticas de gestão do estado. O governo alocou uma sede específica para o acervo e laboratório de restauração do Museu Joaquim Caetano e com apoio de ação do Iphan o material começou a ser trabalhado[14]. Foi também ministrado um curso de atualização e treinamento técnico, além da elaboração de diagnóstico especializado[15] sobre as condições e necessidades para a implementação efetiva do museu em sede própria. Ele está concentrando suas ações na melhoria de condições de guarda, curadoria e difusão do acervo arqueológico. À SETEC coube a edição de políticas para fomento da pesquisa científica neste setor, assim como zelar pela qualidade da produção. O IEPA criou um centro de pesquisas para absorver pessoal especializado para criar e manter atualizados os instrumentos técnico-científicos de apoio ao desenvolvimento

[13] Fundação de Cultura do Amapá, estatal à qual o museu está vinculado.
[14] Solicitado pela Gerência de Arqueologia GEARQ / BSB e contemplado no Plano de Ação 2004 da 2ª SR.
[15] Realizado pela museóloga Dra. Cristina Bruno, que atua no município de São Paulo e no MAE/USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

das políticas públicas, assim como atender a demanda estadual. À UNIFAP finalmente caberia atuar na área de formação de pessoal especializado, educação patrimonial e pesquisas acadêmicas. O primeiro aditivo distribui entre as instituições as responsabilidades sobre um contrato que já estava vigente e necessitava da reunião destas condições jurídicas, administrativas e infraestruturais para ser concluído. Entre os projetos necessários está o de criação de Curso de Pós-Graduação em Arqueologia com especialização em Gestão do Patrimônio Arqueológico, por meio do curso de História e do recém-criado CEPAP – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá. Atualmente o núcleo conta com o único arqueólogo que atua no Estado, até o momento.

Em função das gestões efetuadas a sociedade civil participa dos processos e se manifesta ao governo através do **I Fórum Estadual de Cultura do Amapá**[16], do qual participaram mais de 25 organizações. A Carta visa indicar as políticas públicas e diretrizes para o futuro do setor. A manifestação se alicerça em torno dos seguintes eixos: gestão, fomento, intercâmbio e relações externas, formação e capacitação e difusão. Em todos o patrimônio cultural e especificamente o arqueológico foi inserido: Em Gestão: Adoção de política de Estado para a preservação do patrimônio material e imaterial, implantar o setor de fiscalização e acompanhamento das obras de impacto ambiental e de desenvolvimento que afetam o patrimônio arqueológico. Construir sede própria para o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, para abrigar o acervo proveniente dos sítios no território do Amapá e viabilizar o pedido de retorno dos acervos sob a aguarda de outras instituições. Implantar setores de ciências humanas no Estado, com dotação orçamentária própria para pesquisas antropológicas, arqueológicas, etc. Em Fomento: a criação do fundo estadual de arte, patrimônio e congêneres, a regulamentação da lei de incentivo à cultura, a criação de leis municipais de incentivo e proteção ao patrimônio e criação de linhas de crédito. Em Intercâmbio e Relações Externas, sensibilizar os empresários a promover intercâmbio de todas as esferas visando divulgar a cultura, e promover a ponte cultural com o Pará como alternativa para recupera a história e pré-história do Amapá. Em Formação e Capacitação registram a necessidade de mapeamento do patrimônio do Estado, de formação e capacitação nesta área assim como em arqueologia (nível de graduação e pós-graduação). Finalmente em Difusão pedem a criação do Centro Cultural do Amapá e espaço na mídia para essas questões. Desta forma, foi dado início a uma importante parceria que objetiva a

[16] Realizado em Macapá no CRDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável, entre os dias 12 e 15 / 11/ 04.

implantação e a consolidação definitiva da pesquisa e seus desdobramentos, bem como a definição de instrumentos que permitam a melhor alternativa para a gestão desse patrimônio.

Em decorrência das ações e parcerias estabelecidas, o Governo do Estado editou um programa específico, onde cria duas instituições, uma de pesquisa (CEPArq/IEPA) e outra de gestão (Divisão de Arqueologia da FUNDECAP), além de 5 cargos e da inserção de arqueólogos em listagem de concurso (Decreto n° 1508/2005). O Museu deverá ser fortalecido em suas instalações e em suas funções precípuas de guarda, curadoria e educação. As gestões estão sendo efetuadas e este processo está sendo incrementado com parcerias da iniciativa privada**.** Desta forma, está criado o **Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico do Estado do Amapá** com o objetivo de implementar as atividades de identificação, documentação, proteção e difusão do patrimônio arqueológico que está situado no território do Estado do Amapá. Para dar atendimento as atividades do Sub-Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, subordinado à Fundação Estadual de Cultura do Amapá - FUNDECAP, cria a Gerência de Preservação do Patrimônio, que tem por objetivo promover ações de proteção e fiscalização do Patrimônio Arqueológico e a Gerência do Projeto para dar atendimento às atividades do Sub-Programa de Pesquisa Arqueológica, ficam criadas uma gerência e duas sub-gerências vinculadas à diretoria do IEPA. A Gerência de Pesquisa Arqueológica tem a competência de gerir pesquisas desenvolvidas no âmbito da Instituição. A Gerência de Pesquisa Arqueológica, com duas subgerências e a Criação do Centro de Pesquisas Arqueológicas do IEPA, que se deve ao apoio incisivo que tem recebido da gestão Antonio C. S. Farias. De mesma forma criou-se a Divisão de Preservação do Patrimônio Arqueológico na FUNDECAP. Para consolidar a iniciativa a SETEC – Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá, na gestão José Maria da Silva, abriu-se edital para 2 ou 3 bolsas de estudo do CNPq, do tipo DCR - Desenvolvimento Científico Regional, conforme o edital de "Atração e Fixação de Doutores".

Para auxiliar neste processo estaremos avaliando a possibilidade de elaboração a apoio de instrumentos de gestão passíveis de construção coletiva, como: legislação sobre a matéria em diferentes instâncias; cartas internacionais e acordos firmados pelo país; bancos de dados informatizados; mapas que definam as áreas de ocorrência de vestígios e de interesse arqueológico; parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente para

monitoramento e elaboração de Termos de Referência junto ao processo de licenciamento ambiental, como ação preventiva; programas estaduais de gestão e pesquisa onde se defina tipologia de sítios, padrões de assentamento e outros indicadores que possibilitem a ação e preservação amostral; comissão gestora regional para atuação por meio de responsabilidade compartilhada com as demais instâncias governamentais, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada; estabelecimento de diretrizes regionais, metas, cronogramas, organogramas , orçamentos e planos de ação explícitos e divulgados.



Projeto Piloto: O Amapá faz parte da região amazônica por suas características geofísicas, sociais, políticas e econômicas. Possui 24 km de litoral, do Cabo Orange ao Cabo Norte respectivamente da foz do Rio Oiapoque a foz do Rio Amazonas. Sua área e de 143.453 km², possui densidade demográfica baixa, exceção feita aos municípios de Macapá e Santana, que abrigam cerca de 80% da população (ZEE, 2004) aproximadamente 1,92 habitantes por km². Possui 16 municípios autônomos que têm o à incumbência constitucional de promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Art.30 item IX)

O Amapá tem como característica marcante a conservação de sua cobertura vegetal e pela sua importância no cenário da conservação ambiental, abrigando dezessete (17) Unidades de Conservação, incluindo o maior parque nacional do mundo. Essa característica contrasta com o fato de em seus limites territoriais também abrigar grandes e importantes riquezas minerais, como o ouro, cromita, tantalita, além do manganês. O estado do Amapá possui uma sua posição geográfica fronteiriça à União Européia, o que confere ao estado uma situação privilegiada. Já há uma década vem sendo planejada e executada a abertura e a pavimentação da estrada BR-156, que ligará o Amapá-Brasil, até o território da Guiana Francesa, através da construção de ponte que ligará o município de Oiapoque ao correspondente Saint-George. A silvicultura é um dos empreendimentos econômicos mais antigos no estado, ocupando um significativo percentual dos terrenos de cerrado para o plantio de pinus e eucalipto.

O estado do Amapá é banhado pelo Oceano Atlântico a leste e pelo rio Amazonas ao sul. Essa interação magnífica aliada ao transporte de extraordinária carga de material em suspensão, permite o desenvolvimento de grandes planícies lamosas na zona costeira,

passando por extensas regiões de lagos e áreas úmidas até a sua transição com os terraços escalonados do Grupo Barreiras a oeste. As marés semidiurnas são do tipo macro-marés (maior que 4 metros), enquanto que a descarga do rio Amazonas, através da sua sazonalidade, permite identificar dois momentos bem distintos na economia do Estado.

Como referências históricas, [17] podemos dizer que a partir de 1637 a região foi dada a um português, mas ficou em litígio por séculos entre ingleses, holandeses e franceses incluindo depois de ser firmando o Tratado de Utrecht em 1713, motivo da construção da Fortaleza de São Jose de Macapá. No século XIX o interesse pela área cresceu em função da descoberta de ouro e posteriormente, pelo ciclo da borracha, o que causou a invasão francesa em 1895. em 1900 a Comissão de Arbitragem, em Genebra concedeu a possessão ao Brasil e o território foi incorporado ao Estado do Pará. Em 1945 foram descobertas jazidas de Manganês na Serra do Navio o que aqueceu a economia local. Depois de diversos desmembramentos estabeleceram se as municipalidades e o território do Amapá foi transformado em estado pela constituição de 1988. O primeiro contato entre o Índio e o Europeu ocorreu no começo do século XVI com os espanhóis, mas a colonização começou no século X com os portugueses.

A capital é Macapá ao sul banhada pelo braço norte do rio Amazonas. Originou- se de um destacamento militar fixado nas ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antonio a partir de 1940. Pedidos de reforços posteriores levaram a coroa portuguesa a instalar os Insulares dos Açores para colonização de Macapá e os do Marrocos, para Mazagão entre 1740 e 1772. Os índios do Amapá são os únicos do país que possuem suas reservas demarcadas sem invasões de madeireiros e agricultores, abrigando várias etnias distribuídas em 49 aldeias: Galibi, Karipuna, Palicur, Tiryó, Kaxuyana, Wayana, Apalaí e Waiãpi.

Sobre os vestígios arqueológicos, de forma geral, podemos informar alguns números que temos para caracterizar o patrimônio do Amapá, sob diversos recortes, com os dados oficiais do banco de memória SGPA Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Iphan sobre o CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Até o momento a base de dados do Amapá possui 116 sítios, sendo 104 unicomponenciais e 6 multicomponenciais[18]; 91 pré-coloniais, 3 de contato e seis sítios históricos. Quanto aos tipos de sítios, temos 20 cerâmicos a céu aberto, 28 habitação, 3 de petroglifos, 34 cemitérios, 10 sítios cerimoniais, 1 aterro, 1 de arte rupestre, 2 fortes, 1 lito cerâmico,1

[17]RODRIGES DOS SANTOS, Fernando **Historia do Amapá**, 4ªed, Ed. Valcan, Macapá, 1994.
[18] Que possuem mais de um nível de ocupação.

acampamento, 1 lítico, e dois sítios habitação urbanos (Mazagão e Vila Vistosa). 99 estão em superfície e 46 em profundidade, 65 tiveram algum tipo de coleta de superfície, 32 tiveram cortes estratigráficos e 1 foi escavado[19]. Sobre a exposição dos sítios, temos 85 em céu aberto, 16 em abrigo, 7 em gruta e um parcialmente submerso. Quanto aos artefatos, temos: 5 com lítico lascado, 20 com lítico polido, 101 com material cerâmico,1 com pintura e 3 com gravuras. A integridade destes bens é menos de 25% em 26 sítios, está entre 25 e 75% em 48 e acima de 75% em 17 sítios. Inicialmente observamos que os dados oficiais não refletem a riqueza e expressividade do patrimônio arqueológico do estado e precisamos de uma ação dirigida para atualizar e manter assim . Podemos, entretanto obter algumas **diretrizes** de percepção imediata, como a raridade dos sítios de pintura (1) e gravura (3) que necessitarão de nível de atenção e proteção máximos. Os registros também não citam nenhuma tradição para estes vestígios de arte rupestre, assim como para lítico lascado. As abordagens históricas necessitam ser fichadas para aumentar o número de escavações efetivamente realizadas e novas escavações intensivas, podem ser efetuadas de forma cirúrgica, apenas onde for efetivamente necessário, nos termos da Carta de Lausanne. A obtenção de novas datações diretas seria providencial para consolidar o quadro de referência.

No tocante a contribuição científica para interpretação destes vestígios e o conhecimento produzido sobre estes bens, podemos resumir o que se conhece da bibliografia arqueológica até o momento para fornecer uma visão geral sobre o assunto e contextualizar a política em foco. Foi identificada a presença de ocupação relativa ao período Arcaico. Esta é a periodização mais utilizada pelos arqueólogos brasileiros, adotada de Willey & Plhillips (1958). Arcaico se refere `as populações caçadoras, mais bem adaptadas às condições climáticas semelhantes às contemporâneas. O período está situado cronologicamente no Holoceno, que é um período geológico que se estende de 10.000 anos até o presente (apud NEVES,1995). Mais especificamente, podemos falar que o estado foi ocupado por Horticultores da Floresta Tropical e Agricultores Subandinos, além das populações históricas. Apesar do esforço em enquadrar estes vestígios em Tradições[20],

[19] Inúmeros sítios foram escavados. Este dado demonstra apenas que os pesquisadores ainda não têm o hábito de retornar à Ficha de Registro para complementar as informações sobre os sítios que pesquisam em maior profundidade.

[20] A Fase Aristé era associada à Tradição Policroma, mas foi retirada desta classificação, por não se enquadrar nos padrões cerâmicos, no segundo seminário do PRONAPABA – Programa Nacional de Pesquisas na Bacia Amazônica.

grupos de elementos ou técnicas com persistência temporal[21], apenas a Fase Mazagão ainda pode ser correlacionada á Inciso Ponteada e à Policroma. A primeira os Evans caracterizam por decoração complexa que combina incisões, pontuações e figuras modeladas biomorfas; na segunda, a existência de decoração geométrica pintada com traços pretos e /ou vermelhos com espesso engobo branco (Neves enquadra todas estas manifestações como variações do Barrancoide).

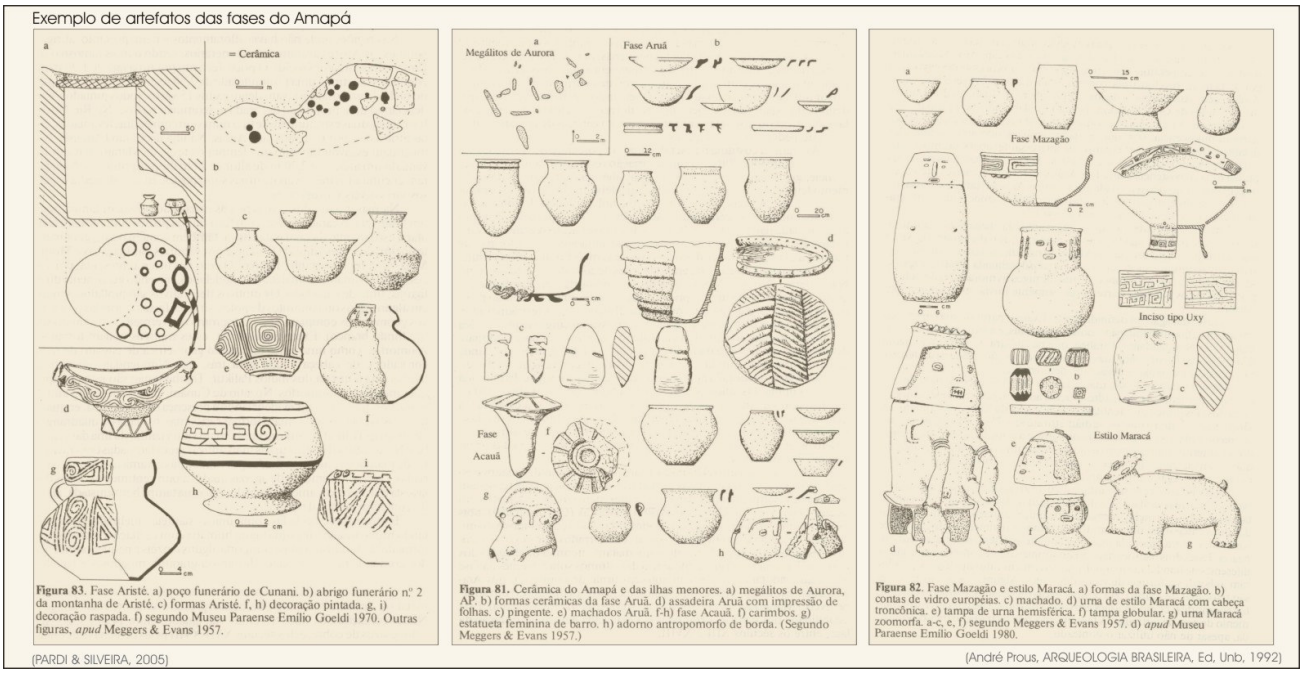
Dos Horticultores, temos a Fase[22] Aruã, sem filiação a Tradição, refere-se aos últimos habitantes da foz do Amazonas, são ceramistas pré-históricos de origem Antiliana Fase Aruán 1 conforme Simões (72). Eles viveram do século XIII ao XVIII, até o contato com o europeu (SIMÕES: 1972). Os sítios estão relacionados aos alinhamentos de pedras, urnas com contas de jadeítas, figuras toscas, lâminas polidas, assadeiras, cerâmicas predominantemente sem decoração com tempero de caco moído. As decoradas são incisas, escovadas, ponteadas ou com aplicações. Implantaram-se nas ilhas e litoral do Amapá e Pará. Representa uma das cerâmicas mais antigas de caçadores-coletores com agricultura incipiente. Ocuparam as ilhas do litoral, em sítios pequenos e rasos, sugerindo curta permanência. Teriam vindo do centro cultural Aruak, circuncaraiba.

Antes da chegada do colonizador, os grupos da s fases Aristé e Mazagão estavam separados pelo Rio Araguari, com barreira fluvial e lingüística. A Fase Aristé, que segundo Meggers, seria de grupos de origem andina, possui sítios rasos, próximos a rios e igarapés (sugerindo a construção de palafitas conforme Hilbert), situados em pequenas elevações a salvo das enchentes. Tem cemitérios afastados, enterramentos em cavernas, abrigos e poços com câmaras, onde não havia grutas para enterrar. Ocupação tardia, já de tempos históricos, continuaram seu desenvolvimento independente, afastado dos fortes europeus. Os sítios mais recentes são datados de 1450 e 1530 A D.

A Fase Mazagão, também seria de origem andina, referente a grupos que viveram nos séculos XV e XVI, possui sítios habitação e cemitérios com enterramentos secundários em cavernas. Os sítios têm solo escuro, com alta densidade de material cerâmico, ocorre em pequenas elevações à beira rio, de onde se infere o uso de embarcações. Dominam a técnica de fabricação de bordas ocas, o que demonstra sua habilidade como artesãos: usam

[21] Conforme a Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica.
[22] Fase: convenção utilizada em arqueologia para designar um conjunto de traços culturais associados entre si, relacionados no tempo e no espaço, em um ou mais sítios (PROUS: 1992).

ornamentação incisa, formando meandros e gregas, tem poucas peças modeladas com elementos zoomorfos e urnas tubulares ou globulares com pedestal.



A Fase Maracá[23] , não está alinhada às demais, faz seus enterramentos de forma semelhante aos Aristé, mas é considerada flutuante, segundo Simões. A ocupação está situada em uma região de Mazagão, tem sítios cemitérios com enterramentos secundários em urnas tubulares antropomorfas ou zoomorfas (GUAPINDAIA & MACHADO:77) colocados em nichos ou abrigos de difícil acesso. Desenvolveu-se entre os séculos XVI a XVII. As urnas de Maracá representam traço cultural que remetem a culturas andinas , não necessariamente significando contato direto, mas influência não desprovida de originalidade (PROUS, 468:92). Trabalhos mais recentes têm demonstrado a extrema complexidade das práticas funerárias e dos conceitos vinculados à morte alcançaram na Amazônia (CHAUMEIL, 1997; MENDONÇA DE SOUZA, GUAPINDAIA E RIBEIRO, 2001 E SCHANN, 2001, apud GUAPINDAIA 2000). Os estudos desenvolvidos demonstram que estas urnas demonstram a intenção de garantir a ligação com os ancestrais, e *os rituais, de maneira geral, marcam ocasiões importantes que são partilhadas em uma sociedade. São momentos de reafirmação e consolidação de identidade cultural*

[23] Trata-se de um estilo, segundo PROUS (92: 501) por não se conhecer ainda sítios habitação associados e pelas semelhanças com o material de Mazagão.

(GUAPINDAIA, 2005:14) .Estas urnas já representam um símbolo das culturas amazônicas, juntamente com as peças de Marajó e Santarém, todas internacionalmente conhecidas.

São atribuídos aos grupos culturais das fases Aristé e Mazagão a prática de efetuar sepultamentos em poços com câmera lateral, acompanhados de mobiliário "*...representando o mundo social, simbólico e religioso..*" (NUNES, 2003:179) . Foram encontrados 6 no estado, que foram construídos no período pós-contato. Eles apresentam correspondência com os da Colômbia, no tipo de urna, nos locais de sepultamento, na sua hierarquia social e na forma do túmulo. Evans (1995) colocou a hipótese de que os poços amapaenses seriam uma invenção independente e Nunes (2003:189) os considera como produtos de dispersão, via interior da Amazônia e adaptação à realidade local, para sepultamentos em poços ou em cavernas. Conclui que diferentes grupos étnicos de fases culturais e cronológicas diversas utilizaram-se desta prática e atribui suas origem à área andina a partir do século XII da era Cristã.

As datações mais recuadas para o período foram obtidas no sítio Buracão do Laranjal, de onde foram retiradas urnas Maracá por expedição do Museu Goeldi no final do século XX, escavado por Klaus Hilbert (PROUS, 432:92). O material pré-cerâmico revelado na sondagem foi datado de 3.700 B.P. (10 peças líticas de arenito e quartzo, com resíduos de lascamento bipolar).

Temos datações antigas também no Paleoíndio, que na periodização de Willey & Phillips (1958) fala de estágio de adaptação de sociedades imigrantes, entretanto aqui adotaremos o período como Pleistoceno como utilizou Prous (92:111), se referindo a achados que datam de pelo menos 12.000 anos atrás, sendo de culturas que viviam adaptadas a condições naturais bastante diversas das atuais. Ele abrange grupos pré-cerâmicos, de caçadores coletores, que representam a ocupação mais antiga da Amazônia. Este período também foi registrado no estado, tendo sido identificado até o momento apenas em duas pesquisas. No sítio Amapá I, na cidade do Amapá, próximo a uma subestação da Eletronorte, Eurico Th. Miller datou carvão de uma voçoroca com seixos estilhaçados e micro lascas de quartzo, obtendo a datação de 12.840 ± 210 e 6650 ± 60 B.P. (MEGGERS & MILLER, 299:2003). Pela experiência acumulada com assentamentos pré-cerâmicos, Miller coloca que não são observadas linhas de carvão de fogo antropogênico, características da transição Holoceno para o Pleistoceno, nos taludes das estradas e outras escavações no interior do Amapá, como ocorre em Rondônia e no Pará. Neste sentido está

refinando a hipótese de trabalho, de que não houve acúmulo de sedimento, apenas erosão, o que leva a que se encontrem vestígios junto às margens da rede fluvial. Assim, temos mais um indicador a testar (MILLER, com.pessoal.2005).

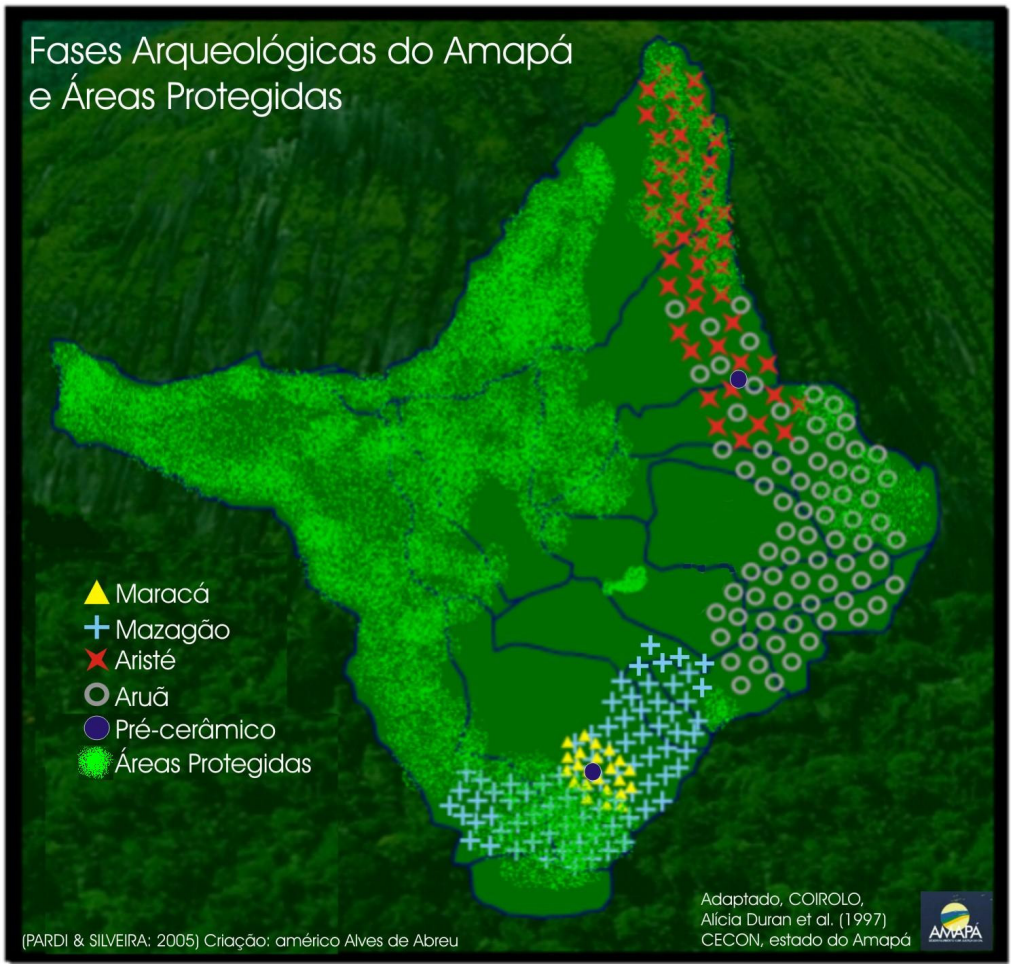
Este quadro, evidentemente, está em desenvolvimento e ainda deixa muitas lacunas e discussões. Sobre o esquema de evolução cultural, o que se discute entre os pesquisadores é se o nível de desenvolvimento observado nestas culturas, se deve ao desenvolvimento dos indígenas ou se à migração de populações com culturas mais adiantadas e que involuíram nesta região por ser um meio impróprio para sustentar seu padrão tradicional, como Meggers defende em sua tese (PROUS, 92:491). As discussões sobre a ocupação e características culturais dos povos da Amazônia, em geral giram em torno dos padrões de assentamento, economia, deslocamento dos grupos e demografia. Meggers e Evans analisaram traços comuns com povos da Mesoamérica e Andes, para verificar as possibilidades de contato direto, de comércio ou de influências recebidas.

A partir da contribuição de Neves (1998)[24], entretanto fatos novos foram agregados com seqüências de datação que sustentam a defesa da hipótese da origem do sistema indígena regional da bacia do Alto Rio Negro, remontar do passado pré-colonial como desenvolvimento autóctone. O fato alivia a tensão do meio cientifico que trabalhava com a fragilidade da hipótese da origem andina como a única explicativa para o nível de desenvolvimento que as sociedades complexas da Amazônia chegaram a possuir.

Até o momento, com exceção de algumas ocorrências no norte do estado, a maior parte das cadastradas localizam-se na porção sul e em larga faixa da região litorânea. Desta forma, o mapa de fases arqueológicas, abrangeria também grande parte dos sítios castrados mais recentemente. Inversamente proporcional, o mapa de unidades de conservação, nos mostra que os 57% do território do Amapá preservado por lei, estão voltados para o interior do estado, com poucas áreas de superposição. Fica como diretriz sugerida, a pesquisa amostral para se conhecer melhor os vestígios arqueológicos desta região. Fica também a dúvida, se efetivamente, o patrimônio desta região poderia ser considerado como reserva para as gerações futuras. Para tal, temos a considerar a análise dos empreendimentos que estão sendo licenciados nos municípios envolvidos, e observamos o grande numero de assentamentos, entre outros pouco compatíveis com esta vocação. O mesmo questionamento se faz sobre as áreas indígenas. Sabemos, por exemplo, que os Waiâpi

[24] NEVES, Eduardo Goes. *Pathes in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*. Ed. Indiana University. 1998.

recolhem peças superficiais e as utilizam no seu processo de replicação da história oral[25] (GALLOIS,Dominique,com.pessoal) Certamente o uso não é menos eficiente e legítimo que os que nossos museus o fazem, entretanto há que se considerar a legislação e a diminuição do potencial informativo do sítio em função do desmonte progressivo do contexto de deposição...mas esta já é uma outra discussão. Desta forma, cabe trabalhar em tempo hábil, o trinômio: preservação, uso e desenvolvimento, de forma integrada, preventiva e produtiva.



As pesquisas desenvolvidas e a experiência do GERCO nos mostram que o mapeamento das informações sobre a existência de sítios se alinha na direção N / S. Estudos desenvolvidos esclareceram que trata-se de uma linha de bordas de Platô limite do período terciário e quaternário (por volta de 6000 anos) onde existe boa oferta de água. A alteração de ambientes oferece também diversidade de outros tipos de recurso alimentar, de matérias primas, etc. A evolução geológica do estado é de grande relevância na prospecção

[25] Registrado pelo Iphan como patrimônio imaterial e tombado como patrimônio da humanidade.

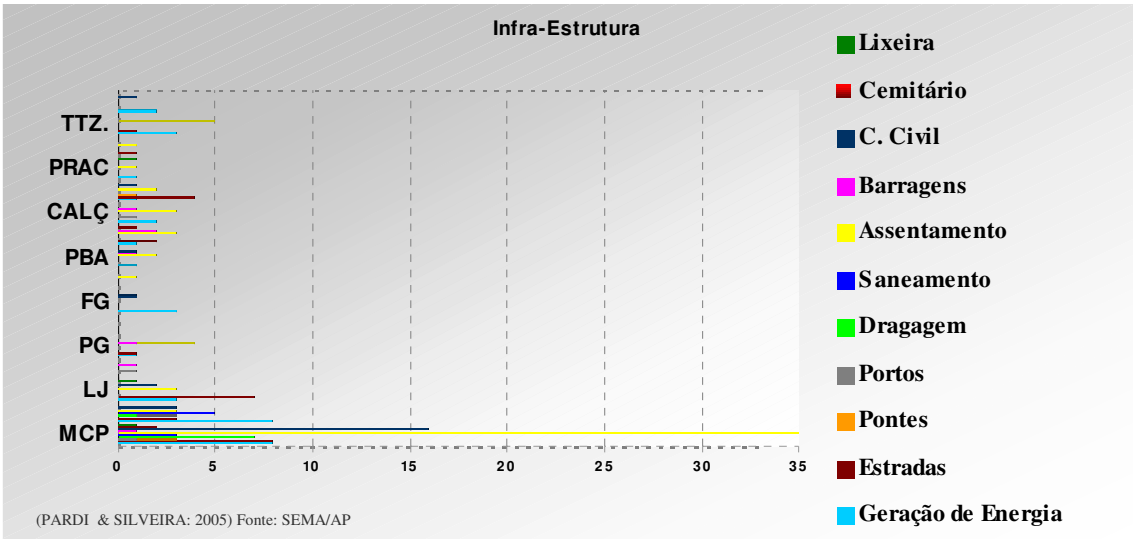
de possíveis ocorrências. As estruturas geológicas (falhamentos, fraturas e etc), refletidas na desorganização das redes de drenagem podem sugerir locais prováveis às ocorrências arqueológicas, como pode ser constatado na porção médio-norte do estado. Os registros de nível de mar mais elevados, correspondentes às falésias mortas do Grupo Barreiras, são locais importantes para a prospecção de sítios de contato. Os processos intempéricos químicos, representados pela laterização também podem ser identificados como alvos prospectivos potenciais às ocupações.

A importância do patrimônio arqueológico no estado do Amapá vem sendo demonstrada nas últimas décadas. A pequena extensão geográfica para a extrema diversidade cultural apresentada; a beleza e plasticidade da cultura material dos grupos que habitaram esta região, culturas complexas que chegaram a desenvolver cidades-estados; o uso do antropomorfismo como tipo decorativo; o bom estado de conservação em que sítios e peças têm sido encontrados; o fato de ser o único estado brasileiro onde foram encontrados poços com câmara; a difusão e interesse internacional que este patrimônio arqueológico desperta; os traços culturais que denotam influência e se remetem a culturas clássicas andinas e mesoamericanas. Apesar disso, as pesquisas científicas, têm normalmente caráter esporádico, não havendo até o momento, projetos sistemáticos que permitam o avanço do conhecimento. Pesquisas arqueológicas históricas têm sido desenvolvidas com apoio do governo do Estado e do Iphan na Fortaleza de São José de Macapá para subsidiar o projeto de restauração e revitalização Apoiaram também a identificação e pesquisa do sítio Mazagão Velho Marroquino. As iniciativas da Secretaria Especial de Infraestrutura e da SEINF nas gestões Alberto Góes e Alcyr Mattos, respectivamente, propiciaram também a obtenção das informações e a localização e registro dos vestígios do antigo Forte do Cumaú e das ruínas de Vila Vistosa da Madre de Deus. Neste processo é fundamental que administradores atentos, entendam o patrimônio também como um recurso cultural, pesquisem os eixos de desenvolvimento sócio econômicos da região, o desenvolvimento histórico das políticas de ocupação e urbanísticas do Estado, assim como a possibilidade de se agregar valor às obras e iniciativas comerciais, a partir de leitura que lhes forneça aspectos que remetam à identidade e à memória. Sobre Arqueologia Histórica, em nossas vistorias registramos também features atribuídas aos Cabanos, conforme memória oral obtida da comunidade. Fabiano Lopes De Paula e Alenice

Baeta registram em seu texto a observação de antigos garimpos e minerações, além de antigos núcleos de comunidades negras.

Como aspectos observados podemos dizer que a cultura material destes grupos, conhecida internacionalmente, possui grande beleza plástica e requer cuidados especiais na conservação e circulação, visto o assédio de colecionadores e comerciantes. A conservação dos sítios requer ações emergenciais em função de ações antrópicas, do intemperísmo e dos processos erosivos decorrentes de intensa dinâmica hídrica. O estado possui políticas preservacionistas e tem a maior parte de seu território conservado, entretanto o desenvolvimento econômico é intenso e os impactos são diversificados e irreversíveis.

No Estado, as obras de Infraestrutura que predominam em todos os municípios são os assentamentos, sendo os números do município de Macapá 6 vezes maior que dos demais. Ele é maior também em Energia e Estradas Estas iniciativas também são expressivas em Ferreira Gomes e Tartarugalzinho e Laranjal do Jarí e Calçoene, respectivamente, conforme gráfico abaixo. No que tange a Economia, no Amapá tem predominado os pedidos de licenciamento para Piscicultura, em Macapá , mais que o dobro do que em Tartarugalzinho, Pracuúba, Calçoene e Porto Grande. O segundo destaque é a agricultura especialmente em Macapá e a Pecuária em Calçoene. Dos que impactam o solo, o investimento predominante é seguramente a Mineração Classe II, que se destaca nos municípios de Macapá e Porto Grande, estando Ferreira Gomes, Calçoene e Laranjal do Jarí em segundo lugar, com metade das iniciativas. A seguir vem a mineração, em Tartarugalzinho, Pracuúba e Calçoene e Pedra Branca do Amaparí, ficando Macapá, Laranjal e Calçoene também com o maior numero de Olarias.



(PARDI & SILVEIRA: 2005) Fonte: SEMA/AP

O município que concentra a maior parte da população é também o que concentra as iniciativas. Os três tipos mais recorrentes, são: a Construção Civil, as Estradas e Olarias e em segundo lugar a Mineração e Assentamentos. Preocupante, pois sabemos que o homem, quando não orientado, ainda é o maior predador que se conhece, aspecto que reforça necessidade de realização de ações educativas eficazes. Observa-se a ausência de empreendimentos no norte, como Oiapoque e Calçoene, talvez devido ao critério utilizado ou à vocação diferenciada dos municípios.

Mesmo com o expressivo patrimônio já identificado e internacionalmente reconhecido e um significativo potencial arqueológico ainda por trabalhar, o estado carecia de programa e/ou política que levasse em consideração a gestão e a utilização desse bem público como vetor de desenvolvimento sócio-cultural.

Desta forma, considerando a necessidade e a oportunidade de melhoria da qualidade de vida da população amapaense, a alta densidade e extrema relevância dos bens arqueológicos envolvidos, as parcerias constituídas, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para compatibilização entre o desenvolvimento e a preservação deste patrimônio, a necessidade de consolidação do banco de memória nacional sobre estes legados como subsidio para tomada de decisões e divulgação para sociedade, as solicitações das comunidades do I Fórum de Cultura do Amapá e os termos do Projeto Piloto do Amapá do Programa Estadual de Gestão do Patrimônio Arqueológico, houvemos por bem registrar os projetos e ações desenvolvidas para ampliar a participação dos interessados e envolvidos. As pesquisas arqueológicas e os instrumentos de gestão estão sendo discutidos entre os especialistas, com apoio do Simpósio de Arqueologia Amazônica – Amapá: Patrimônio, Gestão Estadual e Pesquisas, no âmbito do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. As discussões no estado, continuarão sendo desenvolvidas e os fóruns ampliados.

Em função do acima exposto, estamos trabalhando com as seguintes prioridades de atuação: 1) as áreas de desenvolvimento econômico e que envolvam alteração de solo e subsolo, como as frentes de expansão agrícola e mineral; 2) os projetos que estejam previstos como necessários nas áreas de ocorrência ou de interesse arqueológico e 3) o fomento à atuação científica, sobre vestígios e culturas menos conhecidas, ou que estejam situadas em áreas mais passíveis de destruição. Estarão sendo avaliados a possibilidade de tombamento em nível federal da área de Maracá e de um sítio de enterramento com poço

com câmara ainda remanescente. Em nível estadual, além dos tombados pela União, estaremos avaliando os petroglifos de Ferreira Gomes, único deste tipo cadastrado, uma amostragem das sociedades complexas que se assentaram na região do Pacuí e os sítios do complexo Buracão do Laranjal. Esta área foi selecionada por já ter sido pesquisado, possuir datação e vestígios de diferentes períodos de ocupação, possuir vestígios integrados e contextualizados espacialmente com caverna, gravuras (um dos 3 cadastrados) e pinturas, sendo o único conhecido até o momento. A área já tem uso publico consolidado, necessita de equipamentos de proteção e faz parte do pólo de eco-turismo do Proecotur. Na instancia municipal, poderá ser proposto o tombamento ex-ofício de todos os bens tombados em âmbito estadual e federal.

Como propostas de preservação adicionais, podemos dizer que estão sendo construídos e serão propostos alguns instrumentos de gestão territorial, assim como uma carta que mapeia a áreas de ocorrências específicas, observado o cruzamento das informações sobre preferências de ocupação topo-morfológicas, as características ambientais, os tipos de impacto e as Áreas de Interesse Arqueológico (PARDI 2000). Estas ações de proteção serão colocadas em discussão e propostas, visando criar referencias para tomada de decisões administrativas e gerenciais, para as novas pesquisas que venham as ser efetuadas, para consolidar parcerias e otimizar a gestão que vem sendo desenvolvida. Para nós a *Gestão do Patrimônio Arqueológico tem a marca e o desafio de relativizar o poder político, usar seu poder legal com sabedoria, fazer efetivamente vigorar o poder ético, garantir a otimização do poder científico e aplicar o poder administrativo para garantir à sociedade nacional, os produtos físicos e simbólicos a que tem direito* (PARDI, 2002:6).

Agradecemos aos cidadãos amapaenses, às instituições envolvidas e à SEMA, à Alberto Pereira Góes, Alcyr Mattos, Simone Macedo, Ivana Antunes, Marcos Henrique de Abreu Martins, Lucila M. dos Santos Silva, M. de Fátima Alves de Matos e tantos outros que tornaram possível a caminhada até aqui. Agradecemos também à leitura da colega arqueóloga Dra. Irmihild Wust e das nossas famílias, em especial a Mayara, Yuri e Ana Luiza e Patrícia.

AMAPÁ, **Quadro Demonstrativo de Licenciamento Ambiental – Jan/04**, Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, (ms) Macapá 2004.

AMAPÁ, **Carta do I Fórum Estadual de Cultura do Amapá**, 25 Organizações da Sociedade Civil in Folha do Amapá, Araciara Macedo, Macapá 19/11/2004.

ARANTES,A A. **Cultura e Cidadania**.Revista do Patrimônio,Brasília, n 24, p.9-13, 1996

ALECIAN,S & FOUCHER,D. **Guia de Gerenciamento no Setor Público**. Brasília: Revan, 2001.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto **Os (Dês)caminhos da Identidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.15, n 42, fev. 2000.

CERRI, C. **A galhardia do Amapá, um estado em fraldas, aprendendo a andar - Uma Ponte Entre Dois Mundos**. p. 50 - 59 Globo Rural. Ano 16 Nº 186 Abril 2001.

EVANS, Clifford (1955). **Filiações das Culturas Arqueológicas no Território do Amapá, Brasil.** IN: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. Vol. 02. Edit. Anhembi – SP.

GUAPINDAIA, Vera Lúcia & MACHADO, Ana Lúcia da Costa (1997). **O Potencial Arqueológico da Região do Rio Maracá/Igarapé do Lago (AP)**. Pág. 67-102. IN: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropológica. Vol. 13 Nº01.

LOPES DE PAULA,F. & BAETA, A M. **Diagnóstico Arqueológico –Amaparí – Amapá**, (ms) Golder Associates, Macapá, Amapá.1999

MEGGERS,B.J. & MILLER,E.Th. **Hunter-Gatheres in Amazônia during the Pleistocene-Holocene Transition,** in Under the Canopy, Ed. Julio Mercader by Rutgers, The State University , Pi

MENDONÇA DE SOUZA,S.; GUAPINDAIA,V.& CARVALHO-RODRIGUES,C.**A necrópole Maracá e os problemas interpretativos em cemitério sem enterramentos**. Boletim do MPEG, Antropologia,(vol 17).n.2 Belem Para.,2001.

NEVES, Eduardo Góes (1995). **Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil**. P.171/196. IN: A temática indígena na escola: novos subsídios para prof. de 1º e 2º graus; (org.) Aracy L. da Silva e Luís Donizete B. Grupioni – Brasília, MEC/MARI/UNESCO.

_____. **Pathes in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon**. Ed. Indiana University. 1998.

NEVES, W. A. **A evolução das estratégias de levantamento arqueológico na bacia do Alto Guareí, SP** in Revista de Pré-História, USP, vol VI, 1984.

NUNES FILHO , Ednaldo P. **Tumulos pré-historicos em poço com câmara, no Amapa**. CLIO Arqueológica n. 16, 2003

_____ , Ednaldo P, **Pesquisa Arqueológica no Amapá**, 2ª. ed. Macapá 2005

PARDI, M.L.F. **Relatório de viagem para verificação de informações arqueológicas no setor estuarino do Estado do Amapá – 15 a 24/10/01** (ms) arquivos Iphan, Brasília 2001.

_____. **Gestão De Patrimônio Arqueológico : Documentação e Política de Preservação** , dissertação ms, IGPA / UCG Goiânia 2002.

_____. **Modelo de Gestão Estadual Para o Patrimônio Arqueológico** , (ms) arquivos Iphan, Brasília, 2005.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**, Ed. UnB, Brasília 1992.

Relatório Amapari Fabiano e Alenice Mota Baeta.

scataway, USA, 2003.

RODRIGES DOS SANTOS, Fernando **Historia do Amapá**, 4°ed, ed.Valcan, Macapá,1994

SILVEIRA, O.F.M. **Dinâmica de Ambiente Costeiro influenciado por grandes fontes fluviais quaternárias: planície costeira do Amapá**. 1998. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Centro de Geociências. Belém-PA, 1998. p. 189.